

## GRAVIDEZ E DESIGUALDADES: O IMPACTO DA CULTURA NA EDUCAÇÃO E TRABALHO DE MULHERES

### PREGNANCY AND INEQUALITIES: THE IMPACT OF CULTURE ON WOMEN'S EDUCATION AND WORK

Recebido em: 12/12/2024

Aceito em: 30/03/2025

Publicado em: 09/06/2025

Natally Fernanda Almeida <sup>1</sup>   
Universidade Federal de Mato Grosso

Taís Helena Palhares<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** A gravidez e a maternidade, embora sejam partes naturais da vida de muitas mulheres, continuam a ser marcadas por desigualdades específicas no acesso à educação e ao trabalho. O impacto da cultura, combinado com a insuficiência de políticas públicas efetivas, reforça ciclos de exclusões e limitações que afetam não apenas as mulheres, mas também a sociedade como um todo. O objetivo do estudo é analisar os impactos culturais e institucionais sobre mulheres grávidas em relação ao ensino e ao mercado de trabalho, avaliando a eficácia das políticas públicas existentes e identificando soluções que promovam a inclusão e a equidade de oportunidades para mulheres grávidas. A metodologia utilizada para elaboração deste estudo foi uma revisão de literatura, com pesquisa em bases de dados bibliográficas. Os resultados indicam que normas culturais ainda associam a maternidade ao cuidado exclusivo do lar, gerando estigmas e barreiras no acesso à educação e ao trabalho. Políticas públicas como a licença-maternidade e o acesso a creches têm eficácia limitada, especialmente em contextos de vulnerabilidade, onde muitas mulheres permanecem desassistidas. Conclui-se que, para promover a inclusão de mulheres grávidas no ensino e no trabalho, é necessário fortalecer as políticas públicas e fortalecer estereótipos de gênero.

**Palavras-chave:** Cultura; Comunicação; Práticas Restaurativas; Identidades Individuais; Identidades Coletivas.

**Abstract:** Pregnancy and motherhood, although natural parts of many women's lives, continue to be marked by specific inequalities in access to education and work. The impact of culture, combined with the lack of effective public policies, reinforces cycles of exclusion and limitations that affect not only women, but also society as a whole. The objective of the study is to analyze the cultural and institutional impacts on pregnant women in relation to education and the labor market, evaluating the effectiveness of existing public policies and identifying solutions that promote inclusion and equal opportunities for pregnant women. The methodology used to prepare this study was a literature review, with research in bibliographic databases. The results indicate that cultural norms still associate motherhood with exclusive care of the home, generating stigmas and barriers in access to education and work. Public policies such as maternity leave and access to daycare have limited effectiveness, especially in contexts of vulnerability, where many women remain unassisted. It is concluded that, in order to promote the inclusion of pregnant women in education and work, it is necessary to strengthen public policies and reinforce gender stereotypes.

**Keywords:** Female Inclusion; Public Policies; Equal Opportunities.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Brasil, Mato Grosso e Cuiabá. E-mail: fernandanatally60@gmail.com.br

<sup>2</sup> Docente credenciada no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Professora Associada IV do Departamento de Artes da UFMT, Brasil, Mato Grosso, Cuiabá. E-mail: tais.palhares@ufmt.br

## INTRODUÇÃO

A gravidez e a maternidade continuam a representar desafios importantes para muitas mulheres no que diz respeito ao acesso à educação e ao trabalho. Esses desafios estão intrinsecamente ligados às normas culturais que moldam as expectativas sociais sobre o papel da mulher, muitas vezes associando-a exclusivamente ao cuidado da família e do lar. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho e as instituições educacionais, em muitos casos, não oferecem o suporte necessário para que as mulheres grávidas ou mães jovens possam continuar suas trajetórias profissionais e acadêmicas, perpetuando desigualdades e limitando seu potencial (Silva, 2024).

A cultura possui um impacto significativo na construção dessas barreiras, naturalizando a ideia de que a maternidade é incompatível com outras esferas da vida, como o estudo e a carreira. Isso se reflete em estereótipos de gênero que restringem a participação plena das mulheres na sociedade, além de políticas públicas que, apesar de avanços, ainda apresentam lacunas em sua implementação. Assim, compreender como esses fatores culturais e estruturais afetam as mulheres grávidas é essencial para promover a equidade de gênero. Estudos recentes destacaram a importância de políticas públicas inclusivas, como licenças-maternidade adequadas, acesso a creches e horários flexíveis, na garantia dos direitos dessas mulheres (Gama, 2015).

Tais medidas não apenas ampliam o acesso à educação e ao trabalho, mas também promovem a inclusão social e econômica, beneficiando a todos. Ao possibilitar que mulheres grávidas e mães jovens permaneçam no sistema educacional e no mercado de trabalho, essas iniciativas são orientadas para a construção de uma sociedade mais equitativa, ao mesmo tempo que fortalecem a economia com uma força de trabalho desenvolvida. Além disso, reduzir barreiras e promover oportunidades iguais, essas políticas impulsionam o empoderamento feminino e fomentam um ciclo de desenvolvimento sustentável e inclusivo (Guimarães, 2022).

A pergunta norteadora deste estudo constitui em: De que forma a cultura e as políticas públicas influenciam as experiências de mulheres grávidas no acesso à educação e ao mercado de trabalho, e como essas influências são significativas para a perpetuação ou redução das desigualdades de gênero? Para responder a pergunta norteadora este artigo busca explorar como a cultura e as políticas públicas influenciando a experiência de mulheres grávidas no ensino e no mercado de trabalho. Além disso, analisa os impactos econômicos e sociais da exclusão dessas mulheres, bem como apresenta exemplos de boas práticas que contribuíram para a redução dessas desigualdades.

Ao abordar essas questões, o objetivo é fomentar o debate e propor soluções que promovam a inclusão e a assim, a análise crítica dos desafios e das soluções aponta para a necessidade de mudanças estruturais e culturais, com ênfase em políticas públicas eficazes e práticas institucionais inclusivas. A construção de uma sociedade mais justa e equitativa passa pela garantia de que todas as mulheres, independentemente de sua condição de maternidade, tenham acesso pleno à educação e ao trabalho, alcançando seu potencial e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Este estudo se justificou pela relevância do tema no contexto contemporâneo, onde as desigualdades de gênero ainda são marcantes, especialmente no que se refere às experiências de mulheres grávidas na educação e no mercado de trabalho. Ao abordar o impacto da cultura e das políticas públicas, o estudo permitiu uma análise crítica das barreiras enfrentadas por essas mulheres e das limitações nas iniciativas específicas para sua inclusão. A pesquisa contribuiu para o entendimento de como normas culturais e falhas institucionais perpetuam a exclusão social e econômica, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que atendam às necessidades específicas de mulheres grávidas no contexto educacional e profissional.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para elaboração deste estudo foi uma revisão de literatura, com pesquisa em bases de dados bibliográficas, nas quais foram buscados novos conceitos, utilizando como fontes de pesquisa uma variedade literária relevante ao assunto abordado, tais como: livros, artigos acadêmicos em bases de dados bibliográficas – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Google acadêmico, dentre outros. Os dados coletados foram secundários, ou seja, provenientes de materiais informativos disponíveis, tais como revistas especializadas, periódicos, publicações, sites da Internet de cunho público, assim como livros de autores já conceituados sobre o assunto em questão tendo como os seguintes descritores: “Inclusão Feminina”. “Políticas Públicas”. “Igualdade de Oportunidades”. A pesquisa foi limitada ao período de 2000 a 2024, nos idiomas: português e inglês.

No processo de identificação, foram encontrados 60 artigos científicos. Desses, 46 foram excluídos por não estarem adequados aos critérios determinados. Dos 14 artigos selecionados para análise, todos foram considerados adequados e incluídos na análise. Os critérios de inclusão adotados foram artigos em português e inglês relacionados ao tema e

publicados entre 2000 a 2024. Já os critérios de exclusão, foram excluídos trabalhos com publicações anteriores a 2000 e cujo foco central não fosse sobre gravidez e desigualdades e o impacto da cultura na educação e trabalho de mulheres.

## **A CULTURA E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE**

A cultura, como um conjunto de valores, ideias e práticas que orientam a vida em sociedade, tem desempenhado essencialmente um papel determinante na definição das expectativas sociais sobre as mulheres. Em muitas culturas, as mulheres são associadas às funções tradicionalmente ligadas à maternidade, cuidado e manutenção do lar, relegando-as a funções secundárias no espaço público. Essa visão reduz a complexidade da experiência feminina a um modelo pré-determinado, que muitas vezes desconsidera suas aspirações pessoais, educacionais e profissionais (PLACCA, 2022).

Como resultado, as mulheres enfrentam desafios significativos para romper com essas expectativas culturais que limitam sua autonomia e liberdade de escolha. Essas barreiras culturais impostas às mulheres o dilema de conciliar os papéis sociais são atribuídas a elas com suas aspirações pessoais, muitas vezes colocando-as em desvantagens na relação com homens em ambientes educacionais e profissionais (Danieli, 2023).

Os estereótipos de gênero são uma extensão direta dessas expectativas culturais e atuam como barreiras que perpetuam as desigualdades. A associação da mulher à maternidade como “destino natural” reforça a ideia de que sua realização está vinculada ao cuidado da família, enquanto os homens são vistos como provedores financeiros. Esses estereótipos são especificamente específicos para mulheres grávidas, que enfrentam discriminação em contextos educacionais e profissionais, onde muitas vezes são vistas como menos comprometidas ou incapacitadas de atender às exigências do ambiente. Essa percepção distorcida não apenas restringe as oportunidades femininas, mas também reforça a exclusão social e econômica (Oliveira, 2024).

A divisão de responsabilidades entre homens e mulheres é outra dimensão influenciada por padrões culturais que favorecem a perpetuação das desigualdades. Em muitas sociedades, os cuidados com os filhos e as tarefas domésticas são considerados responsabilidades quase exclusivas das mulheres. Esse desequilíbrio cria uma sobrecarga física e emocional que limita o tempo e a energia disponível para a participação ativa em atividades educacionais e no mercado de trabalho. Enquanto isso, os homens são culturalmente incentivados a priorizar suas

carreiras e contribuições financeiras, o que reforça a ideia de que o trabalho doméstico não é igualmente compartilhado (Itaboraí, 2017).

Os impactos desses padrões culturais são amplos e profundos, com reflexos negativos na vida das mulheres e na sociedade como um todo. A sobrecarga de responsabilidades não remuneradas e a falta de apoio institucional resultaram em oportunidades limitadas para que as mulheres desenvolvam seu potencial. Além disso, a desvalorização do trabalho doméstico e o cuidado como uma contribuição significativa para o funcionamento da sociedade agravam ainda mais as desigualdades. Isso cria um ciclo vicioso, onde as mulheres são frequentemente restauradas de posições de liderança ou de influência no mercado de trabalho, perpetuando as desigualdades estruturais de gênero. A falta de representatividade feminina em cargas estratégicas reforça estereótipos que desvalorizam a capacidade das mulheres, enquanto as barreiras culturais e institucionais continuam a restringir seu acesso a oportunidades iguais (Rabello, 2023).

Para romper essas barreiras, é essencial promover mudanças culturais e políticas que desafiem os estereótipos de gênero e incentivem uma divisão mais justa das responsabilidades domésticas e parentais. Campanhas educativas podem ajudar a conscientizar sobre a importância da equidade de gênero, enquanto políticas públicas, como licenças-maternidade mais amplas, acesso a creches e flexibilização de horários no ambiente de trabalho, podem aliviar a pressão enfrentadas pelas mulheres grávidas. Ao mesmo tempo, é necessário que escolas e universidades adaptem suas estruturas para garantir que mulheres grávidas tenham condições adequadas para continuar seus estudos sem interrupções. Isso pode incluir a melhoria de políticas de flexibilização de horários, oferta de creches universitárias e suporte emocional e acadêmico (Henderso; Ferreira; Dutra, 2016).

Deste modo, a cultura desempenha um papel central na construção e manutenção das expectativas sociais sobre as mulheres, especialmente na relação com a maternidade e com a divisão de responsabilidades. Para promover a igualdade, é fundamental desconstruir estereótipos de gênero e implementar políticas e práticas que reconheçam e apoiem as diversas dimensões da experiência feminina. Apenas com a transformação dessas estruturas será possível construir uma sociedade mais inclusiva, onde mulheres, independentemente de sua condição ou momento de vida, possam ter acesso igualitário a oportunidades educacionais e profissionais. Essa transformação exige mudanças culturais profundas, combinadas com políticas públicas que promovam a equidade de gênero e a divisão justa de responsabilidades (Souza, 2023).

## DESAFIOS NO ACESSO À EDUCAÇÃO

O acesso à educação é um direito fundamental, mas muitas mulheres grávidas enfrentam desafios significativos que resultam na interrupção ou abandono escolar. A gravidez, especialmente em idades jovens, é frequentemente acompanhada por estigmas sociais e falta de suporte familiar e institucional, o que contribui para o afastamento das mulheres do ambiente escolar. Esse cenário é agravado pelas normas culturais que colocam a maternidade acima da educação, instruindo as mulheres a priorizarem os cuidados com o filho, muitas vezes em detrimento de suas próprias aspirações e desenvolvimento pessoal. Essa visão reforça a ideia de que o papel de mãe deve ser central e exclusivo, desconsiderando a possibilidade de maternidade conciliar e formação acadêmica (Pintinho, 2019).

Como resultado, as mulheres são pressionadas a abandonar seus estudos, perpetuando ciclos de desigualdade e limitando suas oportunidades de alcançar independência financeira, qualificação profissional e participação plena no mercado de trabalho. Essa exclusão educacional contribui para a manutenção das disparidades socioeconômicas, dificultando o acesso às condições de vida e restringindo o papel das mulheres como melhores agentes de transformação em suas comunidades. Além disso, a falta de acesso à educação reduz a capacidade dessas mulheres de influenciar mudanças sociais e políticas que poderiam beneficiar as futuras gerações (Alves, 2023).

A interrupção ou abandono escolar durante a gravidez tem consequências de longo alcance, tanto para as mulheres quanto para a sociedade. Sem acesso à educação, muitas das dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou garantir empregos com remuneração justa. Isso perpetua ciclos de pobreza e exclusão, onde a falta de qualificação profissional reduz significativamente as possibilidades de mobilidade social. Além disso, a interrupção dos estudos pode impactar profundamente a autoestima e o bem-estar psicológico dessas mulheres, que muitas vezes se veem isoladas e desamparadas em um momento de grandes mudanças em suas vidas (Farias, 2023).

Segundo Farias (2023), o afastamento do ambiente escolar ou universitário pode gerar sentimentos de inadequação, insegurança e perda de identidade, especialmente quando a sociedade reforça a ideia de que a maternidade é incompatível com o desenvolvimento pessoal e educacional. Esse isolamento pode agravar o estresse emocional e aumentar a vulnerabilidade dessas mulheres, dificultando ainda mais sua reintegração ao sistema educacional e ao mercado de trabalho.

As políticas públicas possuem um impacto relevante na garantia do direito à educação para mulheres grávidas. Medidas como a obrigatoriedade de creches em instituições de ensino, suporte psicológico e social, e a flexibilização de horários escolares podem ser estratégias eficazes para evitar o abandono escolar. Em muitos países, existem iniciativas inovadoras para acolher jovens mães no sistema educacional, mas sua implementação nem sempre é suficiente ou eficaz. A falta de fiscalização e a ausência de programas específicos para contextos de vulnerabilidade social são barreiras que ainda precisam ser superadas para garantir que mulheres grávidas tenham pleno acesso à educação (Fonseca, 2013).

De acordo com Fonseca (2013), muitas políticas públicas abertas para a inclusão educacional são inovadoras de forma genérica, sem considerar as particularidades regionais, culturais e socioeconômicas das comunidades atendidas. Essa lacuna dificulta a efetividade dessas iniciativas, deixando um grande número de mulheres desassistidas, especialmente aquelas que vivem em áreas rurais, em condições de pobreza extrema ou em situações de exclusão social. A criação e monitoramento de programas adaptados a essas realidades são essenciais para romper ciclos de desigualdade e garantir que mulheres grávidas tenham acesso contínuo e significativo à educação.

Esses programas devem levar em consideração as particularidades de diferentes contextos sociais, oferecendo suporte adequado às necessidades dessas mulheres, como creches, assistência financeira, transporte e aconselhamento psicológico. Além disso, o acompanhamento é fundamental para avaliar a eficácia dessas iniciativas e ajustes necessários, garantindo que as políticas públicas realmente alcancem e beneficiem as mulheres em situações de maior vulnerabilidade (Alves, 2023).

A falta de suporte em escolas e universidades é um dos fatores mais importantes para mulheres grávidas que desejam continuar seus estudos. A ausência de infraestrutura adequada, como creches ou espaços para amamentação, limita suas possibilidades de conciliar a maternidade com a educação. Além disso, há inflexibilidade de horários e falta de conhecimento por parte de professores e gestores escolares alterados para a evasão. Esse cenário reforça a ideia de que a educação não é compatível com a maternidade, perpetuando preconceitos que afastam as mulheres grávidas ou mães jovens do ambiente escolar e acadêmico. Essa visão limitada não apenas estimula a continuidade dos estudos, mas também reforça estigmas que colocam a maternidade como um obstáculo insuperável para o desenvolvimento educacional e profissional (Fernandes, 2020).

A flexibilidade de horários em instituições de ensino pode ser uma solução prática e eficiente para mulheres grávidas ou mães recentes. Horários adaptados, educação a distância ou híbrido e programas de recuperação para estudantes que precisam se ausentar temporariamente são alternativas viáveis que permitem a continuidade dos estudos. Essas iniciativas não apenas garantem a permanência das mulheres na educação, mas também demonstram um compromisso institucional com a inclusão e a igualdade de oportunidades (Figueiredo; Salles, 2017).

Outro aspecto relevante é o suporte psicológico e social oferecido às mulheres grávidas no ambiente escolar. Programas de acolhimento que fornecem orientação e apoio emocional podem fazer a diferença na vida desses estudantes. O fortalecimento das redes de suporte entre os próprios alunos, bem como a presença de profissionais capacitados para lidar com questões relacionadas à maternidade e educação, desempenha um papel fundamental na inclusão de mulheres grávidas no ambiente escolar. Essas redes podem oferecer apoio emocional, prático e social, criando um espaço de acolhimento onde essas mulheres se sentem valorizadas e compreendidas (Cerqueira-Santos, 2010).

Além disso, a atuação de professores, orientadores e assistentes sociais com treinamento específico ajuda a minimizar barreiras, promovendo um ambiente mais inclusivo e especial às necessidades dessas alunas. Esse suporte integrado contribui significativamente para reduzir a evasão escolar e aumentar as chances de sucesso acadêmico e pessoal dessas mulheres. Importante destacar que além de beneficiar diretamente as mulheres grávidas, a implementação de políticas inclusivas nas escolas e universidades também gera impactos positivos para a sociedade como um todo. A permanência dessas mulheres no sistema educacional contribui para a redução das desigualdades sociais e econômicas, promovendo uma força de trabalho mais comprometida e diferente. Ainda, a educação é um fator essencial para o empoderamento feminino (Mota, 2023).

Portanto, como mencionado por Alves (2023) os desafios no acesso à educação enfrentados por mulheres grávidas são complexos e multifacetados, exigindo ações regionais entre governos, instituições de ensino e a sociedade civil. Ao criar ambientes educacionais inclusivos e oferecer o suporte necessário, é possível garantir que a maternidade não seja um obstáculo à formação acadêmica. Somente com esforços contínuos e estruturados será possível construir uma sociedade mais equitativa, onde o direito à educação seja assegurado para todos, independentemente de gênero, condição socioeconômica ou situação pessoal, como a gravidez. Isso exige um compromisso conjunto entre governos, instituições de ensino e a sociedade civil

para eliminar barreiras que limitam o acesso e a permanência das mulheres grávidas no ambiente educacional. Ao promover políticas inclusivas e implementar práticas que respeitem a diversidade e as necessidades individuais, é possível criar um sistema educacional mais justo, que valorize o potencial de cada indivíduo e contribua para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (Mota, 2023).

## **BARREIRAS NO MERCADO DE TRABALHO**

As mulheres grávidas enfrentam barreiras sérias no mercado de trabalho, que vão desde dificuldades de acesso a oportunidades de emprego até a permanência em suas posições profissionais. O mercado ainda carrega estigmas e preconceitos associados à maternidade, muitas vezes percebendo a gravidez como um “fator de risco” para a produtividade. Essa visão equivocada resulta em práticas discriminatórias, como a exclusão de candidatas grávidas de processos seletivos ou a marginalização de funcionárias que revelam a gravidez durante seu período de trabalho (Beltramini; Cepellos; Pereira, 2022).

Entre as práticas discriminatórias mais comuns estão as demissões ou a redução de responsabilidades de mulheres grávidas, sob a justificativa de que sua condição física e o futuro período de licença-maternidade comprometem a eficiência da equipe. Mesmo com legislações que garantem estabilidade no emprego durante a gestação e a licença-maternidade, muitas mulheres enfrentam pressão para pedir demissão ou são demitidas por motivos aparentemente não relacionados à gravidez, mas que mascaram preconceitos institucionais. Além disso, elas frequentemente relatam mudanças na forma como são tratadas no ambiente profissional, incluindo o aumento de microagressões e comentários desmotivadores (Oliveira, 2021).

A falta de suporte adequado às necessidades específicas de mulheres grávidas no mercado de trabalho agrava ainda mais essa situação. Muitas pessoas não oferecem licenças maternidade suficientes ou sequer planejaram um ambiente inclusivo, com condições adequadas para que essas mulheres possam equilibrar as demandas profissionais e pessoais. A ausência de creches corporativas, a falta de flexibilidade nos horários e a indisponibilidade de salas previstas para amamentação são exemplos de como as políticas organizacionais muitas vezes ignoram a realidade das mães trabalhadoras (Sousa, 2018).

A flexibilização de horários é uma medida que pode beneficiar tanto as mulheres grávidas quanto os trabalhadores. Modelos de trabalho híbridos, horários limitados ou flexíveis e a possibilidade de trabalho remoto durante a gestação são estratégias que ajudam a manter a produtividade das funcionárias enquanto regulam suas necessidades específicas. No entanto, a

adoção dessas práticas ainda é limitada, especialmente em setores tradicionais ou em empresas de pequeno porte, onde o conservadorismo e a resistência às mudanças dificultam a implementação de medidas inclusivas (Moreira, 2017).

Moreira (2017) destaca que o impacto dessas barreiras no mercado de trabalho é significativo, não apenas para as mulheres, mas também para a sociedade como um todo. Ao enfrentar a discriminação e a falta de suporte, muitas mulheres são forçadas a abandonar suas carreiras, o que resulta na perda de talentos e na redução da diversidade nos espaços de trabalho. Além disso, a exclusão dessas mulheres contribui para a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais, impactando níveis de desenvolvimento das comunidades em que vivem.

Superar as barreiras enfrentadas por mulheres grávidas no mercado de trabalho exige um esforço coordenado entre empresas, governos e a sociedade civil. Políticas públicas mais robustas, como a ampliação da licença-maternidade e incentivos para a criação de ambientes inclusivos, são fundamentais para garantir que essas mulheres possam contribuir de forma adequada em suas carreiras. Ao mesmo tempo, é necessário que as empresas promovam uma cultura de acolhimento e respeito, capacitando líderes e equipes para valorizar a diversidade e apoiar as necessidades específicas das funcionárias grávidas, fortalecendo o equilíbrio entre maternidade e carreira (Oliveira, 2023).

O estudo de Salvagni *et al.* (2023) aponta que os desafios enfrentados pelas mulheres ao retornarem ao mercado de trabalho após a licença maternidade estão diretamente associados à falta de suporte e à naturalização da maior responsabilidade feminina nas esferas doméstica e parental. A pesquisa, que analisou as narrativas de seis mulheres, destacou que as redes de apoio, como familiares, creches e outros serviços, são fundamentais para a manutenção das carreiras desses profissionais. No entanto, a sobrecarga gerada por jornadas duplas ou triplas e pela divisão desigual das responsabilidades domésticas representa um risco significativo para a saúde ocupacional e ao desenvolvimento das carreiras femininas está relacionado à sobrecarga imposta pela combinação de responsabilidades profissionais, domésticas e parentais.

Essa situação, muitas vezes naturalizada, leva a altos níveis de estresse, cansaço físico e emocional, além de comprometer o desempenho no trabalho e a qualidade de vida. A ausência de suporte adequado, tanto por parte das organizações quanto no âmbito familiar, intensifica esses riscos, dificultando a conciliação entre maternidade e carreira e colocando em xeque a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho (Sousa, 2018).

A pesquisa de Salvagni *et al.* (2023) também evidenciou que, apesar do desejo de permanência no mercado de trabalho, muitas mulheres enfrentam discriminações veladas ou

explícitas, como a relutância de algumas organizações em promover funcionárias que podem engravidar. A busca pelo patrimônio, tanto no âmbito doméstico quanto no corporativo, foi apontada como essencial para mitigar esses desafios. O estudo concluiu que mudanças culturais e organizacionais são permitidas para que as mulheres possam conciliar maternidade e carreira de forma sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero no ambiente de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a inclusão de mulheres grávidas no ensino e no mercado de trabalho é relevante para promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento social. Ao longo do texto, discutimos como a cultura e os estereótipos de gênero perpetuam desigualdades, criando barreiras significativas para essas mulheres. Além disso, exploramos os desafios fiscais pela exclusão educacional e profissional, como a perpetuação do ciclo de pobreza e a marginalização econômica. Foi identificado também a importância de políticas públicas que garantam direitos fundamentais, como licença-maternidade, acesso a creches e flexibilização de horários, destacando boas práticas que já apresentam resultados positivos em diferentes contextos.

Essas iniciativas demonstram como medidas inclusivas podem mitigar os desafios enfrentados pelas mulheres grávidas, permitindo que elas conciliem a maternidade com a continuidade dos estudos e do trabalho. Além de beneficiar diretamente essas mulheres, essas políticas também geram impactos positivos na sociedade, promovendo maior igualdade de oportunidades e fortalecendo o desenvolvimento social e econômico.

Todavia, é evidente a necessidade de mudanças estruturais e culturais para que essas mulheres possam acessar oportunidades de forma justa e equitativa. A criação de políticas inclusivas no ambiente educacional, como a oferta de bolsas específicas para mães jovens, a flexibilização de horários e o acesso a serviços de cuidado infantil, é fundamental para garantir a permanência dessas mulheres na educação. Além disso, é essencial que uma sociedade como um todo, incluindo governos, ONGs e empresas, trabalhe para eliminar preconceitos e criar espaços de acolhimento e suporte.

Para superar esses desafios, é necessário investir em campanhas de conscientização sobre igualdade de gênero e no fortalecimento das redes de apoio, tanto institucionais quanto comunitárias. Medidas como subsídios educacionais, implementação de creches em escolas e universidades, além de programas de mentoria, podem ser passos específicos para a inclusão de mulheres grávidas no ensino. Ao promover essas soluções, avançamos na construção de uma

sociedade mais igualitária, onde todas as mulheres tenham a oportunidade de realizar seus potenciais, independentemente de sua condição de maternidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Patricia Juliana Marchi. **A proteção ao trabalho da mulher e seu impacto adverso: reflexos da divisão sexual do trabalho**. 2023. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3232>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BELTRAMINI, Luisa de Moraes; CEPellos, Vanessa Martines; PEREIRA, Jussara Jéssica. Mulheres jovens, “teto de vidro” e estratégias para o enfrentamento de paredes de cristal. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 06, p. e2021-0073, 2022.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em estudo**, v. 15, p. 72-85, 2010.

DANIELI, Jessica Krause. **Desigualdade de gênero na percepção de mulheres da economia solidária**. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/273644>. Acesso em: 21 out. 2024.

FARIAS, Vanécia Maracajá Coutinho de. **Gravidez na adolescência: fatores, impactos e políticas públicas**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27191>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, Vanessa Martinhago Borges. **Significado da vivência de trabalhadoras que amamentam em empresas/instituições com salas de apoio à amamentação e suas relações de poder: um modelo teórico**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230874>. Acesso em 29 out. 2024.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 356-392, 2017.

FONSECA, Franciele Fagundes. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, p. 258-264, 2013.  
GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. Cortez Editora, 2015.

GUIMARÃES, Francisca Manuel do Nascimento. **Design, feminismo e cidade: experiências diurnas e noturnas de mulheres jovens em espaços de lazer numa cidade portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/2f942e793802a98c312a4b5627d42b2b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 29 out. 2024.

HENDERSON, P. A.; FERREIRA, M. A. de A.; DUTRA, J. S. As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil. **Revista de Administração da UFSM**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 488–505, 2016. DOI: 10.5902/198346598208. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/8208>. Acesso em: 9 jun. 2025.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MOREIRA, Teresa Alexandra Coelho. A conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar no momento do trabalho 4.0. **Labour & Law Issues**. Bolonha, v. 3, n. 1, p. 1-31, 2017.

MOTA, Maria Cecília. **A relevância do Ecofeminismo: as políticas públicas voltadas à mulher brasileira**. Editora Dialética, 2023.

OLIVEIRA, Tatiana Cibeli da Silva. +São Paulo: FLACSO Sede Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Fabiana da Silva. **O direito achado nos lares: o sexismo doméstico e suas implicações na carreira das magistradas brasileira**. 2024. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/50329>. Acesso em: 12 nov. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda Rosa de. **Mulheres empreendedoras, maternidade e conflitos: histórias de vida**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/32683>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PINTINHO, Marcelino Cariço André. **Gravidez na adolescência e os desafios da maternidade: um retrato de Angola**. Paco e Littera, 2019.

PLACCA, Caroline Lopes. O combate à violência contra a mulher e o papel da Uber nesse cenário. **Diálogos de Gênero**, v. 149. 2022.

RABELLO, Fabricia. **Performatividade de Gênero na Liderança-em busca da igualdade**. 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/34369>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SALVAGNI, Julice et al. Maternidade e mercado de trabalho: a trajetória das mulheres no desenvolvimento de carreiras. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, RJ, v. 25, n. 1, p. 18-42, jan.-abr. 2023.

SILVA, Aldejane Cabral da. **Empoderamento feminino: trajetória de vida de mulheres na EJA**. 2024. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/5997>. Acesso em 30 out. 2024.

SOUSA, Alfredo. **Desafios à conciliação família-trabalho**. 2018. Disponível em: [https://mpcunha.com/wp-content/uploads/2019/03/Nova-SBE\\_Relat%C3%B3rio-final15-novembro-2018.pdf](https://mpcunha.com/wp-content/uploads/2019/03/Nova-SBE_Relat%C3%B3rio-final15-novembro-2018.pdf). Acesso em 12 nov. 2024.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. **Ser mãe é f\* d@! Mulheres, (não) maternidade e mídias sociais**. Editora Zouk, 2023.